

3º ano; 2º semestre

Licenciatura em Educação e Formação

UC: Seminário 6 - Desenvolvimento e Avaliação de um Projeto de Intervenção

Atividade 2

Análise de textos sobre Avaliação de Projetos

Docente: Carla Menitra

Discentes: Daniel Silva; Inês Henriques

1. Quais os principais desafios na avaliação de projetos?

De acordo com Fernandes (2009) “Um dos desafios que hoje se coloca à avaliação é o de contribuir para melhorar a vida das pessoas, das instituições e das sociedades tendo como ponto de partida a aceitação e o reconhecimento de uma diversidade de perspectivas e de abordagens, apostando no pluralismo nas suas diferentes formas (e.g., ideológico, temporal e espacial)” (Fernandes, 2009, p.41).

Segundo Fernandes (2011), a prática de avaliação é vítima de alterações subjetivas, sendo que a "definição dos critérios e das normas e os métodos e procedimentos utilizados na recolha e na síntese da informação avaliativa, podem variar com os contextos, com os objetos e com os avaliadores. Assim, os juízos acerca do valor e do mérito de um dado ente podem variar, de acordo com o sistema de valores que determinou a escolha de determinados critérios e normas. Daí ser importante que, na avaliação de programas, sejam disponibilizados o quadro de valores e de orientações que foram utilizados para que todos os interessados se possam apropriar do real significado das conclusões avaliativas a que foi possível chegar."

Como tal, é imperativa a existência de uma lista de critérios denominados para a análise do valor de um programa: "a) os objetivos do programa; b) as necessidades dos principais destinatários do programa; c) os objetivos da medida de política a que o programa possa estar associado; e d) as preferências daqueles que, de algum modo, possam ser afetados pela avaliação e/ou que tenham interesse nos seus resultados, os chamados stakeholders".

Fernandes (2011) salienta ainda um desafio adicional unicamente direcionado aos avaliadores sendo esse a "diversidade de perspetivas, valores e interesses dos stakeholders. Porque é ao avaliador que cabe a difícil tarefa de lidar com tal diversidade no processo de desenvolvimento da avaliação (e.g., planificação, negociação, participação dos intervenientes)". (Fernandes, 2011, pp.190, 191).

2. Que condições devem ser tidas em conta para garantir a qualidade da avaliação dos projetos?

Segundo Fernandes (2009), é tendo em conta as seguintes considerações que deveremos abordar a avaliação de programas e a avaliação de projetos: “No primeiro caso estamos perante abordagens que, num certo sentido, produzem medidas da qualidade, isto é, a qualidade é determinada através da comparação entre as evidências obtidas no processo de avaliação e os critérios definidos de acordo com uma variedade de processos. Nestas condições, a qualidade pode considerar-se como sendo real e independente do avaliador. No

segundo caso as abordagens utilizadas baseiam-se essencialmente na descrição, análise e discussão das percepções que os intervenientes no processo têm dessa mesma qualidade, isto é, a qualidade é construída socialmente e é reconhecida quando se vê e quando se sente (Fernandes, 2007).” (Fernandes, 2009, p.42)

Fernandes (2009) menciona, ainda, que “(...) é relevante que exista uma elaboração teórica com um mínimo de consistência para que possamos avaliar convenientemente um projecto ou um programa. No entanto, para além do indispensável enquadramento de natureza teórica, é também muito importante que sejamos capazes de enunciar e debater as questões práticas com que nos confrontamos nos processos de planear e de pôr em prática a avaliação de programas e de projectos pedagógicos.” (Fernandes, 2009, p.42)

3. Quais os principais aspetos a considerar na avaliação de projetos?

Fernandes (2009) afirma que "Em primeiro lugar é necessário ter em conta que a avaliação pode ter propósitos estritamente formativos, estando, neste caso, mais associada ao desenvolvimento ou melhoria do programa ou do projeto. Mas poderá ter propósitos estritamente sumativos e, neste caso, estará mais associada à prestação pública de contas ou à responsabilização.” (Fernandes, 2009, p.44). Estes propósitos sumativos estão associados à necessidade de se tomarem decisões relativamente à sua continuidade ou ao seu financiamento.

“Em segundo lugar é importante ponderar se a avaliação deve ser interna, da integral responsabilidade de um grupo de participantes directos no projecto ou programa, ou externa, da responsabilidade de uma entidade ou grupo que não tem quaisquer interesses directos no seu desenvolvimento. Também neste caso pode considerar-se a possibilidade de articular uma avaliação interna de um dado programa, normalmente sob a forma de um relatório de auto-avaliação, com a sua avaliação externa” (Fernandes, 2009, p.44).

Em terceiro lugar, “A participação na avaliação de, pelo menos, os principais intervenientes num dado projecto, garante a diversidade de pontos de vista sobre o seu mérito e o seu valor, permitindo uma visão mais rigorosa das realidades que se pretendem avaliar.” (Fernandes, 2009, p.45).

4. Explicar a importância do feedback na avaliação de projetos?

De acordo com Fernandes (2009) "A participação na avaliação de, pelo menos, os principais intervenientes num dado projecto, garante a diversidade de pontos de vista sobre o seu mérito e o seu valor, permitindo uma visão mais rigorosa das realidades que se pretendem avaliar." (Fernandes, 2009, p.45).

Segundo Fernandes (2011), para que os projetos possam atingir os objetivos desejados "é necessário encontrar métodos e procedimentos que permitam proporcionar feedback oportuno, rigoroso e profundo que retrate o mais fielmente possível o que funciona, como funciona e porque funciona. A inexistência de feedback torna praticamente impossível perceber se o programa está a desenvolver-se de acordo com o que se pretende e, conseqüentemente, não se consegue conhecer, compreender e progredir na resolução dos problemas." (Fernandes, 2011, p.186).

5. Quais as vantagens da avaliação de programas/projetos?

Segundo Fernandes (2011), ao avaliar programas/projetos, esta "deve permitir obter informação que nos permita considerar formas alternativas de resolver um dado problema, orientar o desenvolvimento de medidas de política e a tomada de decisões e dar a conhecer práticas que funcionem e que sejam eficazes. Por natureza, a avaliação de programas é um processo que torna acessível aos cidadãos a informação e a evidência que contribuem para: a) tornar mais transparente o seu funcionamento; b) responder a uma diversidade de questões relativas a problemas existentes ou emergentes; c) verificar se um programa ainda faz sentido; d) ajudar a melhorar um programa e as medidas de política que lhe possam estar associadas; e) monitorar o desempenho, a eficiência e a eficácia do programa, identificando problemas relacionados com a sua concretização e com os seus resultados; e f) orientar a eventual necessidade de desenvolvimento de novos programas." (Fernandes, 2011, p.187).

6. Como utilizar os resultados da avaliação?

Conforme nos diz Fernandes (2011), os resultados da avaliação são recursos formais usados "direta ou instrumentalmente na tomada de decisões" (Fernandes, 2011, p.203), de forma a melhorar projetos e dar continuidade aos mesmos.

Contudo, como mencionado na primeira questão, a prática de avaliação é vítima de alterações subjetivas, sendo que a "definição dos critérios e das normas e os métodos e

procedimentos utilizados na recolha e na síntese da informação avaliativa, podem variar com os contextos, com os objetos e com os avaliadores. Assim, os juízos acerca do valor e do mérito de um dado ente podem variar, de acordo com o sistema de valores que determinou a escolha de determinados critérios e normas. Daí ser importante que, na avaliação de programas, sejam disponibilizados o quadro de valores e de orientações que foram utilizados para que todos os interessados se possam apropriar do real significado das conclusões avaliativas a que foi possível chegar."

Como tal, é imperativa a existência de uma lista de critérios denominados para a análise do valor de um programa: "a) os objetivos do programa; b) as necessidades dos principais destinatários do programa; c) os objetivos da medida de política a que o programa possa estar associado; e d) as preferências daqueles que, de algum modo, possam ser afetados pela avaliação e/ou que tenham interesse nos seus resultados, os chamados stakeholders".